



Presidência da República
Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA
Ata da 178ª Reunião Ordinária

1 Aos treze dias do mês de outubro de dois mil e nove, às nove horas, na Interlegis, na Avenida
2 N-2, Anexo E do Senado Federal, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, foi realizada a
3 centésima septuagésima oitava Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da
4 Criança e do Adolescente, sob a Presidência da Srª Carmen Silveira de Oliveira, Presidente do
5 CONANDA e com a presença dos seguintes **Conselheiros**: *Representantes Governamentais*
6 *Titulares*: Francisco Antonio de Sousa Brito – titular/MDS. *Representantes de Órgãos Não*
7 *Governamentais*: Miriam Maria José dos Santos – Inspeção São João Bosco Salesianos;
8 Andréa Franzini – CNBB, Pastoral do Menor; Helen Crystine Corrêa Sanches – ABMP;
9 Raimunda Núbia Lopes da Silva – CUT; Maria Julia Rosa Chaves Deptulski – Movimento
10 Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Ariel de Castro Alves – Movimento Nacional de
11 Direitos Humanos; Maristela Cizeski – Pastoral da Criança/CNBB; Tiana Sento Sé – IBISS;
12 Sérgio Eduardo Marques Rocha, Aldeias Infantis; Glícia Thais Salmeron de Miranda – OAB;
13 Djalma Costa – ANCED e Carlos Eduardo Nery Paes – Sociedade Brasileira de Pediatria. **Item**
14 **I - Abertura, Aprovação da Pauta e Informes** - A presidente Carmem Oliveira abriu os
15 trabalhos da plenária saudando a todos e registrou o retorno da conselheira Ana Angélica,
16 após sua licença maternidade. A conselheira Julia informou sobre a abertura, no dia seguinte,
17 do Seminário Nacional dos Adolescentes na Diversidade, e indagou sobre quais conselheiros
18 do CONANDA estariam na abertura. A definição ficou para outra oportunidade. Foi
19 apresentada a seguinte Pauta: Dia 13 de outubro de 2009 (Terça-Feira) Manhã: 09h00 às
20 12h30 – Reunião das Comissões de Trabalho do Conanda CPP: Ministério da Justiça, Anexo II
21 – Sala 421- Sl. Reunião; COF: Ministério da Justiça, Anexo II – Sala 422; CMF: Ministério da
22 Justiça, Anexo II – Sala 421 – Secretário Executivo; CDH: Interlegis - Av. N2 – Anexo “E” do
23 Senado Federal. Tarde: Local: Interlegis - Av. N2 – Anexo “E” do Senado Federal, 14h00 às
24 17h30 – Oficina sobre a Implementação do Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas
25 SI14h30 às 15h30 - Apresentação dos dados relativos às MSE em meio aberto - Dra. Ana
26 Angélica -15h30 às 16h30 - Apresentação de dados relativos às MSE em meio fechado
27 (SEDH/SPDC 16h45 às 18h30 - Debate e definição de estratégias. Dia 14 de outubro de 2009
28 (Quarta-feira) Manhã: Local: Interlegis - Av. N2 – Anexo “E” do Senado Federal 09h00 às
29 12h30 - Sessão Plenária do Conanda - Votação da Resolução dos Conselhos Tutelares.
30 Tarde: 14h00 às 17h30 - Continuidade da Sessão Plenária do Conanda Plano Pedagógico da
31 Cidade dos Direitos; Encaminhamentos da 8ª Conferência. Evento concomitante: Encontro
32 Nacional Crianças e Adolescentes e a da Diversidade: participação de crianças e adolescentes
33 na formulação da Política Nacional e do Plano Decenal (Chegada das crianças e adolescentes)
34 Local: Anexo IV da Câmara dos Deputados, Auditório Freitas Nobre (Subsolo). A pauta foi
35 aprovada. **Item II - Oficina sobre a Implementação do Sistema Nacional de Medidas**
36 **Socioeducativas (SINASE)**- Com a palavra, o conselheiro Francisco Brito apresentou o trabalho

37 sobre o tema, destacando a atuação do SUAS, onde o serviço ocorre e que favorece a
38 implementação das políticas públicas de forma mais permanente e continuada dentro do
39 processo de participação e descentralização envolvendo todos os entes federados. Explicou
40 que a rede sócio-assistencial está subdividida em dois níveis: proteção social e proteção básica
41 e especial. Disse que o CREAS oferta orientação e apoio especializado aos indivíduos de
42 família com direitos violados. Disse que o serviço atende os casos de criança e adolescente em
43 situação de trabalho, negligência a criança e adolescente, pessoa idosa ou com deficiência,
44 violência física ou psicológica, criança e adolescente afastada do convívio familiar, atendimento
45 no serviço de acolhimento, violência ou abusos sexual, exploração sexual de crianças e
46 adolescentes, tráfico de pessoas para fim de exploração sexual, pessoas em situação de ruas,
47 com a questão do adolescente infrator com cumprimento sócio educativo em meio aberto ou
48 com liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade. Quanto ao financiamento, disse
49 que a construção do co-financiamento se deu a partir do que foi pactuado e definido na portaria
50 222 que definiu os critérios de adesão do serviço e a forma de co-financiamento e que
51 contemplou municípios com 50 mil habitantes. Explicou que os municípios haviam recebido
52 mensalmente, na fase de implantação do serviço, quatro mil e quinhentos reais para
53 manutenção do CREAS e mais quatro mil e sessenta e oito reais para cada grupo de quarenta
54 adolescentes. Disse que os valores atuais estavam em seis mil e novecentos reais para
55 manutenção e acréscimo de dois mil e sessenta e oito reais para cada grupo de quarenta
56 adolescentes. Explicou a lógica da cobertura que permitia que municípios com sessenta
57 adolescentes atendidos poderiam estar recebendo três vezes esse valor. Falou ainda do
58 acompanhamento e monitoramento das ações e da portaria que trata sobre a prestação de
59 contas e a regulação do serviço. Ressaltou a parceria da SEDH para estruturação dos CREAS
60 com 25 estados com aporte de recursos na ordem de quase três milhões de reais. Apresentou
61 dados do censo do CREAS, feito em agosto de dois mil e oito, que apontava que em
62 praticamente oitocentos municípios executavam o meio aberto com atendimento de dezesseis
63 mil adolescentes em LA, e onze mil em PSC, totalizando vinte sete mil adolescentes. Informou
64 que, do universo de municípios que tinham condição de aderir ao programa, cerca de sessenta
65 não fizeram. Abriu-se para debate. A conselheira Glícia demonstrou preocupação sobre os
66 aspectos de monitoramento, avaliação e as efetividades para que houvesse uma contribuição
67 de fato para que não ocorresse a reincidência e para que fosse efetiva a inserção e a
68 participação da família no contexto. A conselheira Júlia solicitou mais detalhes sobre o tema da
69 equipe da metodologia e sobre os valores do financiamento. O conselheiro Francisco
70 esclareceu alguns pontos sobre os dados do censo e sobre as demais perguntas. A
71 conselheira Miriam apontou para o fato de que menos de dois por cento dos municípios
72 brasileiros estão inseridos no programa. Perguntou sobre a lógica do MDS para eleger os
73 municípios e sobre a tipificação do serviço sócio-assistencial. O Secretário Executivo do
74 CONANDA - Benedito dos Santos chamou atenção para o fato do Conanda-SEDH estarem
75 financiando a municipalização das medidas sócio educativas com recursos do Fundo Nacional
76 e do Tesouro. O conselheiro Ariel perguntou se os CREAS, futuramente, poderiam, no

77 entendimento do MDS, substituir os próprios programas e serviços de execução das medidas
78 sócios educativas. Falou também da preocupação dos municípios com a continuidade do
79 convênio. O conselheiro Francisco respondeu as perguntas. A presidente Carmem ressaltou as
80 discussões para complementar a rede de assistência social, com idéias para fora da rede como
81 as LAS judicializadas, a LA universitária e a LA comunitária. Disse que valeria a pena fazer
82 uma oficina sobre Justiça Restaurativa e as suas aplicações não só no sócio educativo, na
83 violência sexual, mas onde ela está sendo aplicada com bons resultados.

84 **Item III - Dados do PROSINASE** - A presidente Carmem apresentou o novo integrante do
85 CONANDA, o advogado Marcos, representante da SPDCA. Ele discorreu sobre o PROSINASE
86 e destacou algumas ações realizadas pela Subsecretária Especial de Direitos Humanos no
87 fomento, no estímulo à política de organização dos colegiados e de organizações em rede.
88 Apresentou dados da situação nas unidades de re socialização de menores infratores no país,
89 sobretudo no estado de São Paulo. O conselheiro Francisco destacou os dados de
90 construções, que apontavam para, de 2007 a 2009, 31 projetos de construção de reforma nos
91 estados com volume maior de financiamento. Foi informado que as 31 obras permitiram a
92 criação de mais de 1.235 vagas e investimento na ordem de 20 milhões. Explicou ainda sobre
93 a implantação e operacionalização do RENADE. Foi registrado que os estados de São Paulo e
94 Minas Gerais relutaram em participar do mapeamento. Abriu-se para debate. A conselheira
95 Miriam apontou para alguns encaminhamentos definidos pela comissão de políticas públicas na
96 manhã daquele dia, entre eles, a necessidade de construir uma política de RH do sócio
97 educativo. Outra proposta foi a elaboração de uma resolução do CONANDA definindo
98 penalidade e punições para o descumprimento no âmbito de estados e municípios. Também se
99 falou em um centro de informação sócio educativo que não tem atingido o sócio educador. A
100 conselheira Julia destacou a instalação do super SINASE para internação, e não para o meio
101 aberto. A conselheira Glicia destacou que um dos gargalos era a centralização do judiciário e
102 apontou a dificuldade de lidar com o sistema de justiça. Por isso, propôs que o tema poderia
103 ser objeto de uma discussão mais ampla no CONANDA. Lembrou que a doutora Thais se
104 colocou a disposição informalmente para na hora que o Conselho quisesse e propôs agendar
105 com ela já para a plenária de novembro. Alguns outros apontamentos foram apresentados
106 pelos conselheiros. O conselheiro Marcos respondeu as perguntas. A presidente Carmem
107 destacou alguns esclarecimentos rápidos: Disse que era importante a participação da família
108 no processo de fiscalização e não apenas das entidades. Quanto às metas de apoiar a
109 implantação de novos núcleos, disse que o Espírito Santo e Pernambuco eram demandas do
110 Conselho. Disse que considerou de mais relevância, a implantação de uma agenda do
111 CONANDA com os Conselhos Estaduais relativo à formulação de acompanhamento dos
112 planos estaduais. Definiu como estratégia principal. Apontou que o CONANDA precisaria estar
113 acompanhando mais de perto os fluxos de atendimento a saúde mental, com seus
114 encaminhamentos e desfecho. Destacou a retomada da agenda com o CNJ e a implantação de
115 debates, sobre a judicialização do meio aberto, justiça restaurativa política de RH, sócio-

116 educativo, egresso e segurança do sócio-educativo. À SEDH, foi sugerido maior definição para
117 a capacitação para sócio educadores, levantamento na delegacia, não só a delegacia
118 especializadas mais as ocorrências de ato infracional no registro policial. Como resultado, as
119 seguintes ações foram definidas: 1º) Planos Estaduais e agenda com os Conselhos Estaduais.
120 2º) acompanhamentos dos fluxos da saúde mental, da RENAME e do PL. 3º) Temas a serem
121 debatidos: Judicialização sobre meio aberto, justiça restaurativa, política de RH, egressos e
122 segurança sócio educativa, retomada da agenda com o CNJ, demandas ao MDS, que é a
123 entrada do CONANDA no tema da tipificação e sugestões para o censo, e demanda para a
124 SEDH e definição para capacitação de sócio educadores e o levantamento em delegacias. Por
125 fim, os trabalhos do dia foram encerrados.

126 2º Dia

127 **Item I - Informes** - Com a palavra, a conselheira Miriam informou ter participado, no dia
128 anterior, de reunião com a Dra. Mariane Rosiaque, da Procuradoria do Trabalho Federal, que
129 propôs um trabalho conjunto com o CONANDA sobre a questão das medidas sócio-educativas
130 do "Mais Educação" e sobre a questão da regulação do trabalho educativo que está no artigo
131 67 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Informou ainda sobre o encaminhamento de um
132 ofício à Dra. Jaqueline Moll, Diretora dos Direitos Humanos no MEC solicitando reunião
133 conjunta do CONANDA e da Procuradoria Geral do Trabalho para discutir o assunto. A
134 conselheira propôs a criação de um Grupo de Trabalho para elaborar uma proposta de
135 resolução e apresentar ao CONANDA. Lembrou que já haviam discutido o assunto na
136 comissão de políticas públicas. A presidente Carmem informou sobre sua participação e da
137 Coordenadora do Programa de Enfrentamento da Violência Sexual da SPDC, Leila Paiva, na
138 comemoração, nas Nações Unidas em Genebra, sobre os 20 anos da Convenção, com a
139 participação de delegações de vários países. Comentou sobre a participação brasileira na
140 mesa inicial e disse que disponibilizaria a fala para socialização ao grupo. A presidente
141 destacou a participação de três convidados: Angélica; Renata, substituindo a conselheira
142 Andréia na representação da ACM; e Rafael Marques, do Ministério Público do Trabalho.

143 **Item II - Discussão e Votação da Resolução dos Conselhos Tutelares** - Com a palavra, a
144 conselheira Glicia explicou que, conforme definido na última plenária, seria apreciados na
145 votação apenas os destaques com as contribuições daqueles conselheiros que enviaram a
146 tempo suas propostas. Informou que no dia anterior a comissão havia se reunido para
147 discussão e para apresentar contribuições para a minuta do Projeto de Evolução. A minuta da
148 proposta foi distribuída, naquele momento, aos conselheiros presentes. Reafirmou que não
149 havia ocorrido inclusão de dados novos e iniciou a apresentação à plenária. Iniciou-se o
150 debate. Na seqüência, passou-se para apreciação de cada um dos itens, com ampla discussão
151 e sugestão de vários encaminhamentos e acertos na redação por parte dos conselheiros. A
152 plenária foi interrompida para o Almoço e continuou no período da tarde para apreciação e

153 votação de todos os destaques pendentes, debatidos na plenária. Alguns pontos ficaram
154 pendentes para a plenária seguinte, como a redação da questão da candidatura aos conselhos,
155 no qual a comissão ficou encarregada de fazer a redação para fechar o capítulo dois. Ficou
156 assegurada a continuidade do debate sobre o tema na plenária seguinte. O texto final, com
157 todas as alterações sugeridas e aprovadas, será enviado aos conselheiros.

158 **Item III - Representações do CONANDA** - Na seqüência foi definido os conselheiros que
159 representariam o CONANDA no Seminário Nacional dos Adolescentes na Diversidade.
160 Conselheira Tiana, conselheiro Sérgio e conselheiro André. Foi ressaltado que os conselheiros
161 do CONANDA estavam se preparando pouco para os debates que aconteceriam em breve nos
162 quais todos seriam chamados a falar em nome do CONANDA. Foi registrado o
163 descontentamento pelo fato do CONANDA não ter sido colocado oficialmente para compor a
164 mesa da Conferência. Houve discussão. A presidente Carmem propôs criar uma comissão que
165 se reuniria naquele momento para preparar a apresentação do CONANDA nos eventos que
166 aconteceriam. A presidente informou ainda sobre a realização do Encontro Nacional de Juízes
167 da Infância e da Juventude, programado para os dias 22 e 23 de outubro. Disse que estaria no
168 painel sobre Convivência Familiar e Comunitária. Sugeriu que o conselheiro Djalma ou a
169 conselheira Júlia, da COF, estivessem como expositores no painel sobre Fundos da Infância e
170 da Adolescência: Mecanismo de Arrecadação, Destinação e Controle. Informou também sobre
171 a reunião nos dias 29 e dia 10 de outubro do Conselho de Autoridades Centrais para trabalhar
172 o tema da Adoção Internacional e de outras ações internacionais. Disse que o CONANDA
173 havia sido convocado a fazer parte. Sugeriu que a Comissão de Políticas Públicas designasse
174 alguém o mais breve possível. Solicitou que a COF se reunisse na semana seguinte àquela
175 plenária, para discutir algumas urgências, como o edital do próximo ano, o tema da Petrobras,
176 da captação da destinação da Petrobras e a questão do parecer jurídico da AGU a respeito da
177 resolução do fundo.

178 **Item IV - Questão da COF** - Foi solicitado o registro em ata, do fato da COF ter feito análise
179 de projetos do Fundo junto com as equipes técnicas da SEDH que analisaram projetos e deram
180 o seu parecer. Foi esclarecido que a COF então deliberou, *ad referendum*, esses projetos, por
181 uma combinação feita em plenária. Ressaltou-se que, naquele momento, de forma formal, a
182 plenária aprovava as decisões tomadas pela COF referente à esses projetos que foram
183 aprovados e que qualquer dúvida, a COF poderia conceder acesso aos pareceres e a própria
184 equipe da SPDCA ao convênio, mas que a plenária teria que homologar a decisão da COF. Foi
185 aprovado na forma colocada pela comissão.

186 **Item V - Aprovação das Datas das Plenárias 2010-** Com a palavra a conselheira Rosileia,
187 explicou que para o próximo ano, o CONANDA poderia fazer um trabalho mais estruturado
188 para as plenárias do ano de 2010, ter um processo licitatório que seja que tenha tudo incluído,
189 lugar, tradução, ata na seção seguinte, estrutura para nos facilitar, água, café, lanche, almoço,

190 transporte para o aeroporto, com uma estrutura realmente para o CONANDA funcionar, porque
191 acaba ficando meio precarizado e todos reclamam. Explicou que necessitariam de previsão
192 orçamentária para realização. Passou-se para levantamento de datas comemorativas para o
193 ano seguinte, como o aniversário do ECA, Dia de combate à exploração sexual. Na seqüência,
194 foram definidas as datas das plenárias: 10 e 11 de fevereiro; 10 e 11 de março; 14 e 15 de
195 abril; 12 e 13 de maio; 9 e 10 de junho; 13 e 14 de julho; 11 e 12 de agosto; 15 e 16 de
196 setembro; 20 e 21 de outubro; 10 e 11 de novembro; e 15 e 16 de dezembro. Aprovado.

197 **Item VI - Encaminhamentos Finais** – Foi levantada a questão da preocupação do MEC em
198 relação do enfrentamento da evasão do escolar. Disse que havia a necessidade de realizar
199 uma reunião na comissão de políticas públicas para avaliar a proposta de implementação, no
200 ano que vem, com os conselhos tutelares de uma campanha forte para evitar a evasão da
201 escola. Foi sugerida a participação neste debate também da comissão de mobilização. Ficou
202 marcada a reunião para o dia 3, às 14h. A conselheira Júlia informou sobre o início do Fórum
203 Nacional DCA, na semana seguinte aos seminários estaduais. Solicitou que fosse definido
204 quais conselheiros participariam dos encontros. Disse que os últimos quatro seminários iriam
205 coincidir com a Conferência Nacional de Assistência Social. Foi informado que no dia 20 de
206 novembro seria celebrado o Dia Mundial de Oração e Ação pelas Crianças, e que aconteceria
207 em Brasília, como já ocorrido em Tóquio, Genebra e Hiroshima, um encontro, no dia 17 de
208 novembro no Senado, um encontro com o tema: Adolescentes em unidade de internação
209 respeito e dignidade. Foi informado ainda, que no dia 17 também haveria uma atividade na
210 Câmara com a presença de representações latino-americanas com o tema "Aprendendo a
211 Viver Juntos", com uma metodologia de trabalhar com crianças. Disse que seria lançado no
212 dia, a versão brasileira. Disse que foi aceito que a conselheira Carmem representasse o
213 CONANDA em uma mesa, falando sobre "Adolescência em unidade de internação: respeito e
214 dignidade". A conselheira Núbia informou sobre a realização de 18 conferências intermunicipais
215 de educação no estado do Piauí. Lembrou que, em novembro, havia o convite para
216 participação do evento de aniversário do Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil.
217 Disse que o CONANDA havia aprovado, em plenária, uma homenagem ao Fórum, que
218 ocorreria na próxima plenária, com a entrega de uma placa de homenagem de forma solene na
219 abertura da plenária. Foi sugerido que também outras autoridades fossem convidadas. Houve
220 ainda outra sugestão, no sentido de ser discutida na próxima plenária, a permanência e a
221 continuidade dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar. Por fim, a
222 presidente Carmem agradeceu a presença e a participação de todos. Não havendo nada mais
223 a ser tratado a plenária foi encerrada.

224
225
Carmen Silveira de Oliveira
Presidente do CONANDA